



CÂMARA MUNICIPAL DE MOGI MIRIM

Estado de São Paulo

ATA DA DÉCIMA TERCEIRA (13ª) SESSÃO **EXTRAORDINÁRIA**

Presidida pela Sra. Vereadora Sonia Regina Rodrigues;
secretariada pelo Sr. Vereador Luís Roberto Tavares.

Ao segundo dia do mês de agosto do ano dois mil e vinte e um, realizou-se na Sala das Sessões "Vereador Santo Róttoli", da Câmara Municipal de Mogi Mirim, presidida pela Sra. Vereadora Sonia Regina Rodrigues; Secretariada pelo Sr. Vereador Luís Roberto Tavares, a Décima Terceira (13ª) Sessão Extraordinária do Primeiro (1º) Ano da Décima Oitava (18ª) Legislatura da Câmara Municipal de Mogi Mirim, previamente programada e devidamente convocada nos termos do Edital de Convocação nº 13, de 2021. Às 21h50, feita a primeira e única chamada nominal dos Srs. Vereadores pelo 1º Secretário, nos termos do disposto no Artigo 118, da Resolução nº 276, de 09 de novembro de 2010 (Regimento Interno vigente) e se constatando haver número legal para o início dos trabalhos, eis que se encontravam presentes os Srs. Vereadores: Ademir Souza Floretti Junior (01), Alexandre Cintra (02), Cinoê Duzo (03), Dirceu da Silva Paulino (04), Geraldo Vicente Bertanha (05), João Victor Coutinho Gasparini (06), Joelma Franco da Cunha (07), Lúcia Maria Ferreira Tenório (08), Luís Roberto Tavares (09), Luzia Cristina Cortes Nogueira (10), Mara Cristina Choquetta (11), Márcio Evandro Ribeiro (12), Marcos Antônio Franco (13), Marcos Paulo Cegatti (14), Orivaldo Aparecido Magalhães (15), Sonia Regina Rodrigues (16) e Tiago César Costa (17), conforme, aliás, se vê das respectivas assinaturas apostas à Folha de Presença - Registro de Comparecimentos e Faltas dos Srs. Vereadores às Sessões da Câmara, anexa ao final da presente ata, a Sr. Presidente deu por iniciados os trabalhos da presente Sessão. Posto isto, conforme o disposto no Parágrafo Único do Artigo 106, da já citada Resolução, convidou o



CÂMARA MUNICIPAL DE MOGI MIRIM

Estado de São Paulo

Vereador Geraldo Vicente Bertanha para que procedesse a leitura de um trecho da Bíblia. Cumprida dita providência, a Sra. Presidente passou imediatamente à parte reservada à **“ORDEM DO DIA”, EM TURNO ÚNICO “ex-vi” do disposto no inciso I, do § 1º, do Artigo 171 do Regimento Interno.** 1. Projeto de Lei Nº 106, de 2021, de autoria do Prefeito Municipal, “dispondo sobre alteração da Lei Municipal nº 6.308, de 1º de junho de 2021.” Parecer Conjunto das Comissões de Justiça e Redação e de Finanças e Orçamento. Para explanar sobre a matéria, fez uso da palavra o Vereador João Victor Coutinho Gasparini. Informou que tiveram a relatoria do projeto, na Comissão de Justiça e Redação, que tratava da prorrogação do sistema de Refis para que vigesse até o dia 31 de agosto. Aclarou que o projeto visava ampliar o período, para que o pagador de impostos tivesse benefícios. Acrescentou, que a prorrogação, veio para que pudessem atingir mais pessoas. Discursou, em seguida, a Vereadora Luzia Cristina Cortes Nogueira. Comentou, que nas últimas semanas, houve um aumento significativo na procura do Refis. Pontuou que a maior parte da procura, estava sendo da população, que ganhou um imóvel, e que há dez anos não pagavam o IPTU – Imposto Predial e Territorial Urbano, sendo algo difícil de pagar. Em seguida, fez uso da palavra o Vereador Tiago César Costa. Proferiu que o projeto de prorrogação do Refis, era básico para a população. Mencionou que diante o momento difícil de pandemia, o projeto ajudaria a população a sanar suas dívidas. Discursou, em seguida, o Vereador Cinoê Duzo. Expressou que muitos munícipes ainda não sabiam o que era o Refis, mostrando a necessidade de terem explicado as pessoas, que o Refis era um desconto. Acrescentou que desejaria saber o valor que havia sido gasto nas publicidades, que envolveram o Refis. Em seguida, fez uso da palavra o Vereador Luís Roberto Tavares. Iniciou dizendo que ficou muito feliz quando se deparou com o projeto, na secretaria, porque nas últimas semanas havia atendido muitos moradores que possuíam problemas relacionados com documentação. Parabenizou a



CÂMARA MUNICIPAL DE MOGI MIRIM

Estado de São Paulo

administração, que teve a visão de ajudar o povo. Discursou, em seguida, o Vereador Geraldo Vicente Bertanha. Destacou que entendia que muitos, por conta da pandemia, mesmo com o Refis, desejavam pagar suas dívidas, mas ainda não possuíam o dinheiro. O vereador acreditava que a prorrogação deveria ocorrer até o final do ano, para que os munícipes tivessem condições de pagar as dívidas. Finalizou dizendo que deveriam popularizar o Refis; (colocado a votos, em sessão de hoje, a Câmara aprovou, Turno Único, por unanimidade, o Projeto de Lei nº 106/2021, do Prefeito Municipal). Finda a pauta constante da "Ordem do Dia", a Sra. Presidente passou, em seguida, à parte dos trabalhos reservada à "**EXPLICAÇÃO PESSOAL**", conforme § 2º do Artigo 117 do Regimento Interno vigente, facultou a tribuna aos oradores regularmente inscritos. Discursou, o Vereador Ademir Souza Floretti Junior. Comunicou sobre o trabalho que realizou, juntamente com os Vereadores João Victor Coutinho Gasparini e Luís Roberto Tavares, sobre geada ocorrida no Horto Vergel, que afetou negativamente a plantação. Noticiou que com o apoio da assistência social, muitas cestas básicas chegaram até a casa de muitos moradores da região Vergel. Informou que esteve na UBS – Unidade Básica de Saúde, Albejante, que infelizmente foi invadida e perdeu muitos medicamentos e vacinas. Ressaltou a importância da vacinação contra Covid-19. Como o próximo orador, Vereador Alexandre Cintra, desistisse da palavra, ocupou, a tribuna, o Vereador Cinoê Duzo. Proferiu que a proposta era que o Refis se estendesse, mas que seria necessário isso ocorrer em todos os meses, porque a população se esqueceria, e a notícia deveria estar sempre circulando. Desmentiu a respeito da solução do desmatamento da Floresta Amazônica, sobre a valorização do esporte, após as olimpíadas, e investimentos na educação. Em seguida, fez uso da palavra o Vereador Dirceu da Silva Paulino. Aclarou que iriam levar ao Executivo as reclamações que foram feitas na Casa de Leis e as ideias de cada vereador. Explicou que alguns assuntos do Executivo não são passados para ele, e reafirmou que levará



CÂMARA MUNICIPAL DE MOGI MIRIM

Estado de São Paulo

adiante a reivindicação da Vereadora Lúcia Maria Ferreira Tenório. Discursou, em seguida, o Vereador João Victor Coutinho Gasparini. Ressaltou a respeito da ação que realizaram no Vergel, onde as famílias foram prejudicadas por meio de situações climáticas. Acrescentou que com a ajuda da assistência social, as famílias seriam contempladas, durante três meses, com cestas básicas. Em seguida, fez uso da palavra a Vereadora Joelma Franco da Cunha. Indicou a secretaria de agricultura, para fornecer sementes para o plantio no Horto Vergel. Comunicou que realizou um requerimento para a ACIMM – Associação Comercial e Industrial de Mogi Mirim, solicitando ao fórum o fornecimento de cursos, sobre a proteção contra o endividamento, para os comerciantes de Mogi Mirim. Afirmou que protocolou, um requerimento, para rejeitar o “fundão”, porque entendia que a população brasileira possuía necessidades mais importantes e vitais. Salientou sobre priorizarem os serviços públicos da cidade. Explicou que realizaram um ofício ao Governador Estadual, porque efetuariam o mapeamento e a supressão gradativa dos pontos de recargas de celulares e aparelhos eletrônicos nos presídios, pois assim cortariam o “crime organizado”. Pontuou, que uma servidora pública, realizou uma palestra no CAPS – Centro de Atenção Psicossocial, a respeito de identidade ideológica e sexualidade. Acrescentou, que a palestra, não tinha a aprovação da secretaria de saúde. A vereadora entendia que não podia existir o preconceito, mas era necessário tomar responsabilidade sobre alguns assuntos que refletiriam nas novas gerações. Comunicou que a palestra não havia sido clara, pois deveria ter sido objetiva. Agradeceu a resposta do Vereador Dirceu da Silva Paulino, sobre as indicações que a vereadora havia realizado para a secretaria da educação. Como os Próximos oradores, Vereadores Lúcia Maria Ferreira Tenório, Luís Roberto Tavares, Luzia Cristina Cortes Nogueira e Marcos Paulo Cegatti, desistissem da palavra, ocupou, a tribuna, o Vereador Orivaldo Aparecido Magalhães. Relembrou que havia sido aprovado, na Casa, um valor em média de R\$ 5.000.000,00 (cinco milhões de reais),



CÂMARA MUNICIPAL DE MOGI MIRIM

Estado de São Paulo

para compra de equipamentos do Hospital Santa Casa, e que estavam esperando o anúncio da compra. Argumentou que o Hospital Santa Casa, se recebesse investimentos, seria uma grande ajuda para a realização de cirurgias da população mogimiriana. Ato contínuo, a Senhora Presidente da Câmara, Vereadora Sonia Regina Rodrigues, solicitou ao 1º Vice-Presidente, Vereador Geraldo Vicente Bertanha, que ocupasse a direção dos trabalhos. O Senhor 1º Vice-Presidente ocupou a direção da Mesa e facultou o uso da palavra a Vereadora Sonia Regina Rodrigues. Repudiou o furto que havia ocorrido na UBS – Unidade Básica de Saúde, Albejante, pois defendia o sistema de segurança. Anunciou que obtivera uma conquista de R\$ 200.000,00 (duzentos mil reais), para a ampliação do sistema de monitoramento de Mogi Mirim. Colocou que acreditava em melhores condições na saúde do país, porém quando possuísse mais universidades de medicina, pois os profissionais estavam escassos. Explicou que a UNICAMP – Universidade Estadual de Campinas, desde 1966, formava 170 (cento e setenta) médicos por curso. Acrescentou que muitos desistiam de cursar medicina, por não terem condições financeiras ou não conseguirem vaga em uma faculdade pública. Argumentou que a saúde melhoraria quando acabasse o monopólio relacionado com as universidades. Desejou a todos um feliz dia dos pais. Novamente na direção dos trabalhos, a Vereadora Presidente Sonia Regina Rodrigues. Discursou, em seguida, o Vereador Tiago César Costa. Salientou que, em relação a saúde, era uma vergonha o que estava ocorrendo com a população de Mogi Mirim, pois esperavam por muito tempo para a realização uma cirurgia. Apontou que o projeto relacionado com a listagem de vacinação, no Município de Mogi Mirim, havia sido vetado pelo Prefeito Municipal, Dr, Paulo de Oliveira e Silva, durante o recesso dos vereadores. Em seguida, fez uso da palavra o Vereador Marcos Antônio Franco. Parabenizou a Vereadora Presidente Sonia Regina Rodrigues, por ter conseguido realizar a compra dos colchões pneumáticos no Hospital Santa Casa. Pronunciou que durante discussões, as vezes a melhor



CÂMARA MUNICIPAL DE MOGI MIRIM

Estado de São Paulo

decisão era o silêncio. Mostrou indignação pela demora da realização de cirurgias, em Mogi Mirim, pois muitos políticos se preocupavam apenas com os próprios interesses. Nada mais a se tratar, a Sra. Presidente, Vereadora Sonia Regina Rodrigues, agradeceu a presença de todos e, sob a proteção de Deus, deu por encerrados os trabalhos da presente Sessão às 22h40, determinando a lavratura da presente ata, a qual, depois de achada conforme, discutida e aprovada vai, a seguir, devidamente assinada.